

Desenvolvimento de processos de segurança e controlo, incluindo processos de recuperação que garantissem a integridade das bases de dados;

Acompanhamento dos utilizadores no cumprimento de especificações para o controlo e utilização de bases de dados;

De 1973 a 1976 — Gabinete da Área de Sines (GAS) na Divisão de Contabilidade, desempenhou as seguintes tarefas:

Classificação orçamental de despesas e receitas;
Elaboração de orçamentos e contas de gerência;
Colaboração com o Serviço de Gestão Financeira Previsional (Divisão de Finanças), nomeadamente:

Análise de desvios entre o planeamento e a execução das empreitadas, classificação das empreitadas por tipos de investimentos e interligação entre a Divisão de Contabilidade e a Divisão de Finanças.

Despacho n.º 14 843/2007

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 do artigo 17.º e 1 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, e, ainda, no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral de Arquivos, e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 do artigo 18.º e 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de director-geral de Arquivos o licenciado Silvestre de Almeida Lacerda, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias para o desempenho do cargo em que é investido.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 9 de Abril de 2007.

12 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Silvestre de Almeida Lacerda;
Data de nascimento — 19 de Março de 1958;
Nacionalidade — portuguesa.

Dados académicos:

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Pós-graduação: curso de especialização em Ciências Documentais, opção de Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Dados profissionais — assessor da carreira técnica superior de arquivo do quadro do Arquivo Distrital do Porto.

Percurso profissional mais relevante:

Director do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (2005-2007);

Membro do European Archive Group, junto da União Europeia, desde 2005;

Presidente do conselho directivo nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), no triénio de 2002-2004;

Membro do conselho superior de arquivos e da respectiva comissão executiva, desde Junho de 1999, em representação da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas;

Representante do Centro Português de Fotografia na Task Force 2000, do Ministério da Cultura;

Nomeado para a Comissão para a Regulamentação da Lei de Bases do Património Cultural Português;

Coordenador do Departamento de Património e Gestão do Centro Português de Fotografia (1997-2000);

Professor convidado nos cursos de especialização em Ciências Documentais na Universidade dos Açores (1993-1994 e 2003-2004) e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1996-1997);

Participação nas equipas técnicas que elaboraram para o Ministério da Educação os programas para os cursos profissionais da área de BAD (1989 e 2000);

Participação como perito em vários projectos de investigação, sendo de salientar:

Projecto JNICT n.º PCSH/P/HIST/1008/95: Estruturas Sócio-Económicas e Industrialização no Norte de Portugal (Séculos XIX-XX), no âmbito da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Projecto JNICT n.º PBIC/C/TIT/2502/95: Archivum — Sistema de Objectos com Suporte Temporal para Descrição Arquivística, no âmbito do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC);

Projecto POC — DigitArq, «Produção, conversão e gestão de conteúdos digitais em arquivo» (2003-2004), vencedor do Prémio Fernandes Costa, atribuído pela Agência para a Sociedade do Conhecimento ao Arquivo Distrital do Porto.

Trabalhos publicados/comunicações públicas mais recentes:

«Arquivos digitais: outra forma de dizer arquivos . . .» (2007);

«Reorientando a política de salvaguarda e valorização do património arquivístico do sector público» (2005) (em colaboração);

«Arquivo digital: Gestão e serviços aos utilizadores» (2004) (em colaboração);

«Arquivos privados do vinho do Porto — O acesso à informação» (2004) (em colaboração);

«Arquivos sindicais: Disponibilização da informação» (2003);

«O Arquivo da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro» (2003) (em colaboração);

«Uma cidade em (r)evolução: Recuperação do arquivo do SAAL/N (CD-Rom) (2001) (em colaboração);

«A Arte da Tanoaria», 1997;

«Gerir os documentos e valorizar o património. Dos arquivos da maturidade para os arquivos distritais» (1994) (em colaboração);

«Guia do Arquivo Distrital do Porto. Uma experiência de tratamento documental: 1990-1992» (1993) (em colaboração).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos
Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 14 844/2007

Por despacho de 14 de Junho de 2007 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo despacho n.º 7773/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 82, de 27 de Abril de 2007, precedendo concurso de acesso, foram promovidos, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007, à categoria de técnico verificador de 1.ª classe, da carreira de técnico verificador, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, os funcionários a seguir identificados:

Pedro Eduardo Nascimento Dias.

Pedro Miguel Heitor Caldeira.

Carla Maria Silveira Lopes Esparteiro.

Carla Sofia Farelo Lopes Cardoso.

Heitor Manuel Fernandes Martins.

João Martins Dias.

Rui Pedro Ruivo Rodrigues.

João Pedro Figueiredo Pinheiro.

Susana Isabel Jesus Guedes Silva.

Maria João Almeida Lima Sequeira Rodrigues.

Sara Cristina Ferraz Sousa Pinho Ribeiro.

Emídio Manuel dos Santos Rocha.

Luís Filipe Silva Martins.

José Alberto Gomes Santos.

Paulo João Martins Pereira Andrade Freire.

Alcinda Silva Fortes Santos.

Nélia Alexandra Vaz Gonçalves Santos.

Jorge Filipe Rodrigues Marcos.

Maria Isabel Amaral Torres Costa Santos.

Maria Cândida da Costa de Sousa.

Maria José Ramos Fernandes.

Eva Raquel Neves Lima Abreu.

José Carlos Cunha dos Santos.

Ana Paula Ramos Silvestre Gomes.

Maria do Céu Duarte Coelho Faria.

Célia Alcina Castro Ferreira Silva.

Jorge Paulo de Jesus Covaneiro (a).

Paulo Alexandre Fernandes Esse.

Elsa Maria Terrinca Marques Ramos.

Maria Dulce Bernardino Simões Vinagre.

Helena Maria Maurício Aurélio.

Maria Miguel Baptista Simaria.

Berta Maria Oliveira Pinho Figueiredo.

Cristina Maria Mendes Alves.

Nuno Miguel Lopes Pedro.
 Nuno Barbosa Cunha Freitas Castelo.
 Nuno Alexandre Nabo Requeixa.
 Octávio Rodrigues dos Santos.
 Ana Paula Oliveira Santos.
 Hilário Manuel Ribeiro Dias Viegas.
 Carlos Costa Lallas da Fonseca.
 Rui Filipe Sardinha Faia.
 Maria do Carmo das Dores Guerreiro Roque Petrucci.
 António Alberto Rodrigues Resende.
 João Pedro Spínola da Costa Moura.
 Cecília Maria Morgado dos Santos Le.
 Antónia Rosa Nunes Coelho Feliciano.
 Joel Fernando Magalhães Lopes.
 Alexandre Manuel Apolónio Leal.
 Carlos Augusto Milheiro Denis.
 Carlos Alberto Cardoso Ferreira Soares.
 Ricardo Jorge Oliveira Barros.
 Cira Santos Martins Oliveira Gandra.
 Carla Maria Moreira Pinto.
 Filipe Alexandre Viveiros Santos.
 Ana Maria Pestana Terra Boa.
 Pedro Miguel Caiola Correia.
 José Miguel Martins Carvalho Sequeira.
 Isabel Afonso Salgueiro de Mendes Serra.
 Gabriela Rute Avo Fusco.
 Sónia Cristina Sena Viana.
 Dina Teresa Simões Barata.
 Luís Alberto Cansado Reforço.
 Ana Paula Roios Santos Antão.
 Luísa Maria Quitério Figueira.
 Ana Paula Bartolo Fonseca.
 Pedro Nuno Bastos Barroso Pereira.

(a) A promoção só produzirá efeitos quando terminar a situação de ausência justificada ao serviço em que se encontra e se apresentar ao serviço.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Junho de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 14 845/2007

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o tenente-coronel INF 04040986, João Alberto Nunes Silva, por um período de 92 dias, com início em 1 de Junho de 2007, para desempenhar funções de director técnico do projecto n.º 3, «Academia Militar de Angola», inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

31 de Maio de 2007. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 12 420/2007

Concurso n.º 1/2007 — Concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar de técnico superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 25 de Maio de 2007 do secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, se

encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar de técnico superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, constante no anexo I da Portaria n.º 1256/95, de 24 de Outubro.

2 — Prazo de validade — o presente concurso visa o provimento do lugar mencionado, esgotando-se com o respectivo preenchimento.

3 — Local de trabalho — Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, sita na Avenida da Ilha da Madeira, 1, 3.º, em Lisboa.

4 — Conteúdo e áreas funcionais — ao lugar a preencher correspondem funções de investigação, estudo, concepção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos no âmbito das competências da Direcção de Serviços de Contenciosos e Auditoria do Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério da Defesa Nacional.

5 — Requisitos especiais de admissão — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas:

- a) Sejam técnicos superiores de 1.ª classe com, pelo menos, três anos na categoria classificados de *Bom*, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
- b) Possuam licenciatura em Direito.

6 — Métodos de selecção — considerando as exigências correspondentes ao conteúdo funcional do lugar posto a concurso, serão utilizados como métodos de selecção a avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção.

6.1 — A avaliação curricular e a entrevista profissional de selecção serão efectuadas nos termos, respectivamente, dos artigos 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.2 — O local, a data e a hora de realização da entrevista profissional de selecção serão divulgados nos termos do n.º 1 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.3 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas nos dois métodos de selecção referidos, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

6.4 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta da primeira reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso, podendo ser entregues pessoalmente na Secção de Expediente e Arquivo da Secretaria-Geral, sita na Avenida da Ilha da Madeira, 1, 3.º, 1400-204 Lisboa, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, considerando-se entregues dentro do prazo os documentos expedidos pelos CTT até ao limite do prazo fixado.

8 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão conter os seguintes elementos:

- a) Identificação (nome, estado civil, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
- b) Menção expressa da natureza do vínculo, do quadro de pessoal a que pertence e da categoria que detém;
- c) Referência ao concurso a que se candidata;
- d) Data e assinatura.

9 — Documentos a juntar ao requerimento:

a) Currículo profissional detalhado e actualizado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias e as funções que exercem, bem como as que exerceram, com a indicação dos respectivos períodos de permanência, as actividades relevantes e a participação em grupos de trabalho, assim como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações e seminários, indicando a respectiva duração, as datas de realização e as entidades promotoras);

b) Fotocópia do certificado das habilitações literárias;

c) Fotocópias dos certificados das acções de formação profissional;

d) Declaração, devidamente actualizada (data reportada ao prazo estabelecido para a apresentação das candidaturas), emitida pelo serviço de origem a que pertence, que comprove, de maneira inequívoca, a categoria de que o candidato é titular, a existência e a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações de desempenho nos anos relevantes para efeitos de concurso;

e) Requerimento dirigido ao júri do concurso, a efectuar apenas pelos candidatos que não tenham sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso, solicitando, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimento da avaliação de desempenho relativamente ao(s) período(s) em falta, através de ponderação curricular, nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma.